

A Geografia na Contemporaneidade

2

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Geografia na Contemporaneidade 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 A geografia na contemporaneidade 2 [recurso eletrônico] / Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (A Geografia na Contemporaneidade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-019-3

DOI 10.22533/at.ed.193182112

1. Geografia – Educação. 2. Geografia humana. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 910

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“A Geografia na Contemporaneidade- Geografia, educação e território”* aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu II volume, apresenta, em seus 26 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase na educação, comunidades tradicionais e território.

A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, educação, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia humana, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras, etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como educação, comunidades tradicionais, território.

Neste sentido, este volume é dedicado a Geografia humana. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos Geógrafos e profissionais de áreas afins, em desvendar a realidade dos espaços geográficos.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

GEOGRAFIA, EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO

CAPÍTULO 1	1
COMO APRENDEMOS A ENSINAR GEOGRAFIA? A EXPERIÊNCIA DO PRÉ-VESTIBULAR SOCIAL	
Ana Carolina Lydia	
DOI 10.22533/at.ed.1931821121	
CAPÍTULO 2	16
GEOGRAFIA NAS SÉRIES INICIAIS: OBSERVAÇÃO DO ENSINO E UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DO ALUNO E DO PROFESSOR NA CIDADE DE CAICÓ/RN	
Iapony Rodrigues Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.1931821122	
CAPÍTULO 3	25
O CONCEITO DE LUGAR NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS	
Ismael Donizete Cardoso de Moraes	
Vanilton Camilo de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1931821123	
CAPÍTULO 4	36
POLÍTICA PÚBLICA “ESCOLA DA TERRA”: PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA OS PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO NA BAHIA	
Cássia Hack	
Celi Nelza Zülke Taffarel	
Sicleide Gonçalves Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.1931821124	
CAPÍTULO 5	48
A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E AS DICOTOMIAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	
Reinaldo Pacheco dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1931821125	
CAPÍTULO 6	63
AÇÕES PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA AOS HAITIANOS NO BRASIL	
Fátima Regina Cividini	
Valdir Gregory	
DOI 10.22533/at.ed.1931821126	
CAPÍTULO 7	76
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MARACUJÁ EM CONCEIÇÃO DO COITÉ- BA: UMA LEITURA SOCIOESPACIAL DA REALIDADE.	
Romisval Silva dos Santos	
Elane Bastos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1931821127	

CAPÍTULO 8 83

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDOS DE PASTO NA DEFESA PELOS DIREITOS TERRITORIAIS: O QUE ESPERAR DA LEI ESTADUAL 12.910/2013

[Vanderlei Rocha Lima](#)

DOI 10.22533/at.ed.1931821128

CAPÍTULO 9 95

O RETORNO DOS KAINGANG À TERRA INDÍGENA INHACORÁ APÓS A DESAPROPRIAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

[Alice do Carmo Jahn](#)

[Gabriela Manfio Pohia Lisboa Neris](#)

[Elaine Marisa Andriolli](#)

[Antônio Joreci Flores](#)

[Maria da Graça Porciúncula Soler](#)

DOI 10.22533/at.ed.1931821129

CAPÍTULO 10 109

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVA ESMERALDA DO TERRITÓRIO RURAL DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA - RS

[Alessandra Daiana Schinaider](#)

[João Ernesto Pelissari Candido](#)

[Daiane Netto](#)

[Anelise Daniela Schinaider](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211210

CAPÍTULO 11 118

O ESTADO QUE DÁ COM UMA MÃO E NEGA COM A OUTRA: A ATUAL CUJUNTURA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO BRASIL PELO Cimi

[Yasmine Altimare da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211211

CAPÍTULO 12 127

TERRITORIALIDADE CONSCIENCIOLÓGICA: CARACTERIZAÇÃO DE UM FLUXO MIGRATÓRIO FRONTEIRIÇO

[Cristiane Ferraro Gilaberte da Silva](#)

[Valdir Gregory](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211212

CAPÍTULO 13 141

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E O TURISMO COMO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA

[Guilherme de Barros Melo](#)

[Orlando Bispo dos Santos.](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211213

CAPÍTULO 14 152

TRAMAS QUE APROXIMAM A JUVENTUDE RURAL NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ: OLHARES DESDE AS IDENTIDADES, A AUTONOMIA E A TERRITORIALIDADE

[Cristiane Tabarro](#)

[Alvori Ahlert](#)

[Valdinéia Ferreira](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211214

CAPÍTULO 15	165
O DESEMPENHO DA POLÍTICA TERRITORIAL NO DESENVOLVIMENTO RURAL DO TERRITÓRIO VALE DO PARAÍBA	
Maria José Ramos da Silva	
Renata Felinto Farias Aires	
Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho	
DOI 10.22533/at.ed.19318211215	
CAPÍTULO 16	182
OS CONFLITOS NO CAMPO DO TOCANTINS: A BARBÁRIE PERMANECE	
Alberto Pereira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.19318211216	
CAPÍTULO 17	193
UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO	
Julie Mathilda Semiguem Pavinato	
Emerson Ferreira da Silva	
Irene Carniatto	
DOI 10.22533/at.ed.19318211217	
CAPÍTULO 18	208
AS TESSITURAS DO MUNDO DO TRABALHO EM ITABAIANA-SE	
José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo	
Maria Morgana Santos Santana	
Lucas de Andrade Lira Miranda Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.19318211218	
CAPÍTULO 19	218
DO CONCRETO A MEMÓRIA: O MONUMENTO COMO REPRESENTAÇÃO	
Samuel Cabanha	
André Avelino Cabanha	
DOI 10.22533/at.ed.19318211219	
CAPÍTULO 20	233
ELEMENTOS ESPACIAIS E CENTRALIDADE PERIFÉRICA - O CASO DE TEFÉ NO AMAZONAS	
Kristian Oliveira de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.19318211220	
CAPÍTULO 21	249
FORMAS DE ACESSO Á TERRA EM FEIRA DE SANTANA (BA): UMA ANÁLISE A PARTIR DO TERRITÓRIO.	
Ângela Carine Felix de Oliveira Matos	
Gilmar Oliveira da Silva	
Elane Bastos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.19318211221	
CAPÍTULO 22	260
REPRESENTAÇÕES DOS CONSELHEIROS SOBRE A ARTICULAÇÃO CULTURA E NATUREZA NA GESTÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SERRA DONA FRANCISCA	
Fernanda Dalonso	
Mariluci Neis Carelli	
DOI 10.22533/at.ed.19318211222	

CAPÍTULO 23	269
O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, ESPECULAÇÃO FUNDIÁRIA E O CONJUNTO HABITACIONAL NAIR BARRETO NA CIDADE DE XIQUE-XIQUE-BA	
Janes Terezinha Lavoratti Marciel Todão da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.19318211223	
CAPÍTULO 24	280
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CIDADES PEQUENAS: UM ESTUDO DE GUARACIAMA/MG	
Aline Fernanda Cardoso Valéria Aparecida Moreira Costa Iara Soares de França	
DOI 10.22533/at.ed.19318211224	
CAPÍTULO 25	294
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG, NO PERÍODO 1850/1920: POPULAÇÃO, CAFÉ E TERRITÓRIO	
Pedro José de Oliveira Machado	
DOI 10.22533/at.ed.19318211225	
CAPÍTULO 26	309
TURISMO RELIGIOSO: UMA ANÁLISE DO SANTUÁRIO BOM JESUS DA CANA VERDE – SIQUEIRA CAMPOS – PR	
Guilherme Ferrari Oliveira Rodrigo Aparecido Mendonça Vanessa Maria Ludka	
DOI 10.22533/at.ed.19318211226	
SOBRE A ORGANIZADORA	319

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, ESPECULAÇÃO FUNDIÁRIA E O CONJUNTO HABITACIONAL NAIR BARRETO NA CIDADE DE XIQUE-XIQUE-BA

Janes Terezinha Lavoratti

Universidade Federal do Oeste da Bahia

jlavoratti@ufob.edu.br

Marciel Todão da Silva

Universidade Federal do Oeste da Bahia

marcieltodao@yahoo.com.br

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo, uma análise do processo de busca pela moradia, um programa de governo e sua relação com as políticas públicas de habitação popular por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, fazendo uma avaliação de sua aplicação na implantação do conjunto habitacional Nair Barreto na cidade Xique-Xique no estado da Bahia. O município, no ano de 2010 foi contemplado com este programa de governo, com um conjunto habitacional de 60 casas, que foi implantado em uma área para além da periferia da cidade, em um loteamento denominado Nair Barreto, à margem esquerda da Rodovia BA 052. Esta análise contempla os principais aspectos que delineiam a discussão, não só do direito à moradia, mas do direito à cidade, as políticas públicas de habitação e a especulação fundiária que passa a existir no entorno, sem beneficiar os moradores contemplados no programa. Quanto à metodologia, foi realizada revisão bibliográfica, atividades de campo, questionários aos moradores do conjunto habitacional e

apuração de dados. Os resultados apresentam um perfil dos moradores, com suas principais características, as mesmas que deram subsídio para compreender sua real condição, com relação à escolaridade, renda, infraestrutura urbana, prestação de serviços públicos e inclusão social. Através dos depoimentos dos moradores e da experiência vivida pode-se dizer que a falta do Plano Diretor na cidade e a desarticulação entre a política habitacional do programa habitacional e as demais políticas urbanas, dificultam a provisão de casas destinadas à população de baixa renda. Essas moradias edificadas em área distante do centro urbano, com mobilidade precária, entre outros fatores, representam ineficácia na aplicação do programa, o sentimento do não pertencimento à cidade e a exclusão social.

PALAVRAS CHAVES: habitação popular; programas de governo; especulação fundiária; infraestrutura.

INTRODUÇÃO

O espaço é alvo de disputas, conflitos e jogos de interesses entre os diversos grupos e agentes que promovem a reprodução da vida e do capital. A valorização imobiliária das áreas periféricas e centrais da cidade é uma das principais formas do capital se reproduzir

através da transformação do espaço em mercadoria, ou seja, a propriedade da terra como renda fundiária.

Neste contexto, pode-se considerar o que diz Silva Júnior (2007), que especular é conter, guardar algo na probabilidade de realizar uma barganha vantajosa assim que surgir o lucro, quando o valor a ser recebido pela barganha seria muito superior ao preço da valia.

Um dos problemas do acesso à moradia está relacionado à especulação e isso se deve a imposição dos interesses por parte do mercado imobiliário e um índice elevado de pessoas sem casas, tanto no Brasil como em outras partes do mundo.

Com áreas urbanas se estendendo mais depressa do que as necessidades da população, tem-se a desigualdade social do capitalismo, o que provoca uma concentração de terrenos na mão de investidores que veem a terra como mercadoria.

No intuito de minimizar o déficit habitacional o governo federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estima a distribuição de um milhão de moradias financiadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), de acordo com a composição do déficit de cada unidade da federação.

Na cidade de Xique-Xique, o Programa Minha Casa Minha Vida foi implantado em 2010, num bairro periférico denominado de Nair Barreto, cujo conjunto habitacional leva o mesmo nome, carente de infraestrutura e equipamentos, correndo o risco, ainda, de gerar impactos negativos como a elevação do preço da terra em seu entorno, que representaria a transferência do subsídio para a especulação imobiliária, desvirtuando os propósitos do programa.

A fim de promover uma discussão que não deixasse lacunas, foram trabalhados temas que abrangem a discussão e fossem o alicerce para compreender e analisar as informações e resultados alcançados. Para iniciar foi realizada uma discussão sobre o direito à cidade, ponto importante quando se pensa analisar, o direito à moradia não simplesmente a ter uma casa, mas pertencer à cidade, tanto nos aspectos sociais como de infraestrutura.

Portanto, o objetivo deste trabalho é a realização de uma análise da implantação das políticas públicas de habitação popular do Programa Minha Casa, Minha Vida e sua relação com o processo de especulação fundiária e o direito de pertencer à cidade, tendo como estudo de caso o conjunto habitacional Nair Barreto, na cidade de Xique-Xique-BA.

O estudo realizado na cidade de Xique-Xique/BA, adota o método dialético como forma de análise, o qual se configura como embate entre a tese (o fenômeno existe), a antítese (ele é negado) e a síntese (resulta num novo fenômeno). Nesse sentido, a cidade é considerada como objeto de análise na sua totalidade, para se conhecer a realidade do Programa Minha Casa Minha Vida e a situação do conjunto habitacional Nair Barreto.

A primeira etapa consistiu na revisão bibliográfica, A segunda etapa foi à atividade de campo e questionários aos moradores do conjunto habitacional Nair Barreto com

Figura 1. Localização do município de Xique – Xique/BA

Fonte: elaboração própria

O porto é responsável pelo desenvolvimento econômico do município, onde surgiu a primeira feira ao ar livre, que comercializa o pescado, produtos agrícolas vindos das ilhas próximas do município como feijão, mandioca, batata doce, farinha, tapioca e outros. Esta feira também recebe produtos dos brejos que ficam à margem esquerda do rio, pertencente ao município de Barra do Rio Grande, mas por estar mais próximo de Xique-xique, os produtos como a cachaça, garapa, rapadura, manga, limão, poupa do buriti, coco e outros. Ogado bovino, ovino, suíno, equino e aves, também ali são negociados.

Importante destaque para o município é o Baixio de Irecê um dos projetos incluídos no Programa Mais Irrigação, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional e executado pela CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), com uma área estimada de 59.375 ha, que tem como objetivo desenvolver a fruticultura, devido ao semiárido que possui amplitude térmica intensa.

Segundo a CODEVASF (2015), o objetivo do projeto é contribuir para o desenvolvimento da região semiárida através da agricultura irrigada, dentro da sustentabilidade ambiental, incorporando esta área ao processo produtivo, o que elevaria a produtividade das safras agrícolas, gerando renda, aumento da oferta de alimentos e propiciando empregos diretos e indiretos, cuja imagem do projeto se pode ver na Figura 2, a seguir:



Figura 2. Baixio de Irecê

Fonte: CODEVASF (2015)

O projeto envolve parcialmente os Municípios de Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia e Sento Sé. O acesso à área do projeto dá-se principalmente através da Rodovia BA-052, que liga Xique-Xique a Feira de Santana, interligando-se então à malha viária nacional.

No que se refere à habitação em Xique-Xique, o que vem ocorrendo com frequência na cidade é a ocupação ilegal de áreas inapropriadas para habitação como se pode ver na Figura 3. Moradores têm construído moradias no entorno da lagoa do bairro Ponta da Ilha, que captura resíduos de esgoto. Além do mau cheiro que esses moradores se submetem diariamente, em períodos de chuva a lagoa chega a

transbordar invadindo as casas. Percebe-se assim, a falta de políticas habitacionais para a população de baixa renda e a pouca possibilidade de acesso ao solo urbano.

Para Maricato (2000), há uma flexibilização na aplicação da lei, que permite ocupações ilegais como forma de “acomodar” os pobres nas cidades, ou seja, a ilegalidade foi e ainda é parte do modelo de desenvolvimento urbano brasileiro.



Figura 3. Moradias irregulares na margem da lagoa da Ponta da Ilha

Foto: Silva, M.T

Como exemplo disso temos o que se apresenta na Figura 4, os barracos de madeira construídos no porto da cidade próximo do cais, cujos moradores foram retirados do local e derrubaram seus barracos, mais depois de um período retornaram e refizeram seus barracos, pela falta de melhor opção. Essas famílias sem-teto estão correndo grande risco de despejo, porque ocuparam uma área que recebe grande quantidade de visitantes da cidade, que querem conhecer o Rio São Francisco e a Prefeitura precisa esconder este quadro.



Figura 4. Barracos de madeira no porto de Xique-xique/BA

Foto: Silva, M.T.

Diante deste quadro, surgiu a inquietação sobre como estariam os planos e programas de governo, com relação à moradia na cidade de Xique-Xique, uma vez que a chegada de pessoas provenientes da área rural, acontece no cotidiano e nem sempre possuem meios de se instalarem com dignidade, recorrendo às favelas ou espaços vazios.

Neste contexto, é preciso considerar que além da precariedade na aplicação dos planos e programas de governo, existe a valorização imobiliária das áreas periféricas além das áreas centrais da cidade, como forma do capital se reproduzir através da

transformação do espaço em mercadoria, ou seja, a propriedade da terra como renda fundiária, que os novos agregados do espaço urbano, não têm condições de competir.

O Conjunto habitacional Nair Barreto

Com o objetivo de traçar um perfil dos moradores do conjunto habitacional Nair Barreto, através da pesquisa, foi possível verificar características quanto a origem e possíveis fatores que contribuíram para a chegada dos moradores. É necessário compreender estes aspectos, pois segundo Santos (1997), no nosso entorno, sempre há alguém que não é natural daquele local, ou seja, quem está fora do seu local de nascimento é considerado um migrante. A movimentação da população sobre o espaço seria a definição mais simples, assim a procedência dos moradores do conjunto habitacional, em sua maioria 90% são procedentes da área rural e 10%, já residiam na periferia da cidade ou das cidades vizinhas.

Xique-Xique desde sua origem sempre foi um local de destino de migrantes a procura de melhores condições de vida. Isso se deve a sua localização geográfica às margens do rio São Francisco, que atrai muitos pescadores e também comerciantes.

O que mais influenciou esta migração foi o fator climático, ou seja, a falta de chuva nos últimos anos, impossibilitando a permanência no campo e a sobrevivência na produção de alimentos. Mas, outros motivos também são importantes, conforme os relatos dos moradores nas entrevistas: *“vim com meus pais devido à enchente de 1979”, “a enchente da barragem de Sobradinho”, “dificuldades da região e a procura de novas melhoras”, e “aqui a água é doce, lá a água era de poço”*. A escola, melhoras na qualidade de vida e a infraestrutura da cidade, são fatores que também influenciaram.

Assim, como afirma Singer (1976), as populações migrantes em quase sua totalidade são provenientes de áreas em processo de estagnação, seja econômica ou social (problemas estruturais). A falta de condições básicas como água, trabalho, habitação, escola, entre outras privações são motivações para a saída dessas áreas com destino para outras que possam satisfazer tais necessidades.

No que diz respeito ao grau de escolaridade dos 28 chefes de família entrevistados, 82% tem somente o ensino fundamental, 11% tem o ensino médio e 7% não é alfabetizado.

Constatou-se que apenas 5% das famílias do programa tem uma renda de um a dois salários mínimo e também se percebe que esse valor acima de um salário mínimo está concentrado nas famílias que dispõem de benefícios sociais.

Isso pode estar relacionado com um dos itens das diretrizes gerais que exigem uma reserva no mínimo de 3% das unidades habitacionais para atendimento aos idosos, atendimento a pessoas com deficiências. Sendo assim, o sistema previdenciário é uma fonte de renda muito importante, na maioria das vezes se torna determinante na manutenção das casas ou até mesmo para a permanência na cidade.

Porém, cerca de 95% dos moradores vivem com uma renda abaixo de um salário mínimo e a renda está ligada à prestação de serviço informal, como babá, diarista,

chapa (descarregador de caminhão), nem todos os dias conseguem trabalho. Outros desenvolvem o serviço como carpinteiro, pescador, e reciclagem no lixão que fica próximo do conjunto habitacional. Dos 95% acima citados, a renda familiar é menor que um salário mínimo e 89% recebem algum tipo de auxílio do Governo. Alguns moradores durante a entrevista declararam que a única renda na casa é da Bolsa Família.

Deixar de pagar aluguel ou apenas ter um lugar para morar já fazia parte dos sonhos desses moradores, pois quase 50% dos entrevistados moravam pagando aluguel antes de mudar para as residências que foram sorteadas. O segundo maior percentual está relacionado aos que moravam com os pais ou tinha casa na zona rural, ou casas cedidas por parentes.

Sendo a conquista da casa própria, um passo importante para a família, muitos trabalham em prol da realização deste sonho por muitos anos e outros só conseguem realizar esse sonho devido às políticas públicas de habitação. Como foi o caso dos beneficiados do conjunto habitacional Nair Barreto, que sob a alegação de que as casas poderiam ser invadidas por outras pessoas, tomaram posse do imóvel antes de ser concluído, mesmo sendo esta medida irregular, segundo a Portaria nº 547, (2011), que dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Os moradores ainda tiveram que passar aproximadamente um ano sem água e energia em suas casas, além de problemas no piso e nas paredes.

Quando foi perguntado aos moradores: *Quais foram as maiores dificuldades encontradas ao chegar à localidade?* As respostas, foram estas que se apresentam textualizadas abaixo:

“Sem iluminação à noite fica muito perigoso ir ao mercado”, “falta de transporte, segurança, muito mato ao entorno das casas”, “falta de serviço pra trabalhar, atualmente trabalho no Lixão”, “não tem assistência na saúde, distante dos hospitais”, “longe da cidade, violência, falta de asfalto, e ter passado o Réveillon no escuro chorando”, “Medo e insegurança”, “as escolas são longe e já houve vários roubos no local: celular, bicicleta”, “sem graça, ta ruim(ninguém pode sair a noite, todo mundo fecha as portas”, “falta de iluminação na localidade como em todo e não somente do local”.

Segundo a Portaria 547, sobre as atribuições designadas pelo Ministério das Cidades, estabelece as regras e condições gerais de execução do programa, respeitados os requisitos previstos no art. 6º do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, que são:

Capítulo II - Art. 6º Para a implantação de empreendimentos no âmbito do PNHU deverão ser respeitados os seguintes requisitos, observada a regulamentação do Ministério das Cidades:

III - infraestrutura básica que permita ligações domiciliares de abastecimento de água e energia elétrica e que inclua vias de acesso, iluminação pública e solução de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais; e

IV - a existência ou compromisso do poder público local de instalação ou de

ampliação dos equipamentos e serviços relacionados à educação, à saúde, ao lazer e ao transporte público.

No conjunto habitacional Nair Barreto, apesar do isolamento como se pode ver marcado em amarelo dentro do contorno azul da Figura 5, e do descaso do poder público com essas residências sem condições mínimas para morar, como a falta de infraestrutura, saneamento, segurança e outros, muitos permanecem nas casas por considerar sua única possibilidade de ter uma moradia.



Figura 5. Espaço do conjunto habitacional Nair Barreto

Fonte: Adaptado do Google Earth (2015)

Nota-se estas manifestações dos moradores ao analisar suas respostas à pergunta: Quais são os pontos positivos em relação à nova moradia e ao local? *“Ter uma casa para morar, sair do aluguel”, “Gostou ou não gostou tem que morá é da gente”, “Ter ganhado a casa, morá no que é da gente”, “Não pagar aluguel”, “Tudo negativo”.*

Mas nem todos se submeteram às condições que lhes foram impostas. Um processo de exclusão e humilhação, um sentimento de não pertencimento à cidade. Diante disso preferiram voltar para onde estavam em casas de parentes, aluguel e outros, segundo depoimentos dos que ficaram.

Mesmo com muitas pessoas inscritas no Programa Minha Casa, Minha Vida, na espera de um novo conjunto habitacional para serem sorteadas, no conjunto habitacional Nair Barreto, mais de 50% das casas estão vazias após três anos da entrega das residências.

Além da existência de um grande percentual de casas abandonadas nesse conjunto habitacional, existem outros tipos de irregularidades, como: casas vendidas, alugadas e emprestadas. É estabelecido ao beneficiado do programa, que a venda é proibida, assim como aluguel ou empréstimo. E caso o proprietário queira se desfazer do bem, ele não poderá voltar a participar do benefício do programa. A venda do imóvel é irregular por fazer parte de um programa de casas populares do programa “Minha Casa, Minha Vida”, onde a venda ou qualquer tipo de comercialização são proibidas.

Na resposta dada pelos moradores à pergunta: “gosta de morar no conjunto habitacional Nair Barreto? Percebe-se que existem opiniões diferentes: *“Não tem jeito*

para morar em outro local”, “Porque é minha, por pior que seja não pago aluguel”. “perto do serviço” (lixão), “Por que tem a oportunidade de trabalhar e colocar os filhos na escola”. “Melhor que no centro, distante de barulho”, “Bons vizinhos, lugarzinho bom de morar”.

Estas opiniões nos dão uma ideia de que apesar das dificuldades, as pessoas se submetem, para poder ter uma moradia, mesmo desprovidos de aparelhamento público para se bem estar, pois com a descontinuidade da rede urbana até o conjunto habitacional, se apresentam várias carências como esgotamento sanitário, pavimentação das ruas, telefones públicos, transporte público para os estudantes, posto de saúde, praça e área de lazer. Situações que agravam ainda mais as condições de precariedade deste empreendimento. A rede de energia chegou depois de um ano da ocupação das casas, mas não existe iluminação pública, ficando o entorno, no escuro.

Por estarem distantes do centro além da falta de serviços públicos também lhe falta serviços privados como mercado, padarias, açougues e outros. Na falta desses serviços aliados à necessidade de melhoria da renda familiar, alguns moradores fizeram pequenas modificações nas residências para prestar alguns serviços, conforme se apresenta na Figura 6, a seguir:



Figura 6 . Mercadinho e bar em casas do PMCMV

Foto: Silva, M. T.

Na construção do conjunto habitacional Nair Barreto, que permitiria o acesso à casa própria, a habitação popular pelo poder público, fica claro que se levou em consideração a economia de recursos por meio da aquisição de terrenos longe da cidade, desprovidos de infraestrutura, equipamentos públicos e serviços essenciais, que ademais de todos os problemas antes mencionados, contribui para o agravamento do processo de periferização e especulação fundiária das áreas ociosas. Descumprindo assim, as recomendações estabelecidas pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, e institui que em áreas urbanas, os critérios de prioridade para atendimento devem contemplar também:

I – a doação pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios de terrenos localizados em área urbana consolidada para implantação de empreendimentos

vinculados ao programa;

II – a implementação pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios de medidas de desoneração tributária, para as construções destinadas à habitação de interesse social;

III – a implementação pelos Municípios dos instrumentos da Lei no 10.257 [Estatuto da Cidade], de 10 de julho de 2001, voltados ao controle da retenção das áreas urbanas em ociosidade.”

Vale ressaltar, que o Programa Minha Casa, Minha Vida tem como objetivo diminuir o déficit habitacional no Brasil. E, que segundo o Censo do IBGE (2010) de amostra por domicílio, a cidade de Xique-Xique tem 11.598 domicílios particulares permanentes. Sendo 1.385 alugados, 769 cedidos, em outra condição 169 e um déficit habitacional de 2.323 domicílios em todo o município.

Além do Programa ter disponibilizado somente 60 casas para o município o que é uma quantidade ínfima levando em consideração o déficit habitacional, dessas, apenas 28 estão ocupadas, diante das dificuldades que se apresentam.

Apesar de haver áreas desocupadas e da abertura de novos loteamentos na cidade, ainda persiste a lógica da escassez de terra, o que faz com que os valores dos terrenos, mesmo localizados mais distantes do centro, se tornem caros, acessíveis apenas a uma pequena parte da população, por conta do processo de valorização que essas áreas passam a ter.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todas as informações obtidas e baseando-se na legislação, construir conjuntos habitacionais é um interesse social e com um Plano Diretor eficiente, em algumas cidades, principalmente as do interior, é possível implantar em áreas centrais ou na periferia, nas bordas da cidade, contanto que haja disponibilidade de espaço. Para isto, é preciso aliar política urbana, habitacional com programas voltados à regularização fundiária e à ocupação de áreas centrais e vazios urbanos. Utilizando todo o potencial investido na infraestrutura urbana já existente para evitar desarticulações viárias, terrenos baldios inseguros, evitar o uso especulativo da terra e promover a utilização adequada dos espaços da cidade, de acordo com suas demandas. Fazendo cumprir a função social da propriedade e promovendo uma urbanização mais eficiente.

Portanto a provisão habitacional não se resume a soluções quantitativas, é necessário possibilitar uma boa localização para os mais pobres na cidade. A conquista da habitação ultrapassa o acesso à moradia e abrange outros direitos como, o deslocamento na cidade e viver em condições dignas.

Diante das observações e dos diversos efeitos negativos encontrados na construção do PMCMV para além de um bairro periférico, considera-se que o poder público municipal precisa atender as reivindicações da população do conjunto Nair

Barreto que tem sofrido com a falta de infraestrutura urbana, transporte escolar, serviços públicos, qualificação profissional, emprego e o lazer.

Todas essas reivindicações evidenciam, portanto, que a luta por habitação não se restringe a ter uma casa. São lutas pela possibilidade de se viver na cidade de forma digna, o que significa que além de ter uma casa, ter condições de viver com dignidade, realizar os projetos de futuros e pertencer à cidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit habitacional no Brasil: municípios selecionados e microrregiões geográficas**. Disponível em: www.cidades.gov.br/download/pdf/plano_nacional_de_habitacao.pdf

BONDUKI, Nabil. **Do projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida**. Revista, Teoria e Debate. Nacional: pp. 8 -14, maio/jun. 2009.

CODEVASF-Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Baixio de Irecê**. Disponível em: www.codevasf.gov.br.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil dos municípios brasileiros, 2010, 2015. www.ibge.gov.br

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001.

SANTOS, Regina Beca. **Migração no Brasil**. São Paulo, Editora Scipione. 1997.

SEDUR. **Programa Minha Casa, Minha Vida**. Disponível em: <http://www.sedur.ba.gov.br>> Acesso em 22 de março de 2015.

SINGER, P.I. **Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo**, in Moura, H.A. de (Coord). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: BNBIETENE, pp, 211-244, 1980.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-019-3

